

Mineração e crise do capital

A discussão dessa temática acontece em entrevista com Márcio Zonta, formado em Jornalismo e Relações Públicas, com especialização em estudos latino-americanos. Há aproximadamente 10 anos iniciou seu trabalho como jornalista para o “Brasil de Fato”, com a cobertura de violência policial em favelas de São Paulo e, posteriormente, tornou-se correspondente do jornal no Pará, no Maranhão e no Peru – três regiões fortemente marcadas pelo processo minerador, levando-o a se debruçar sobre o tema da mineração e suas mazelas na América Latina. Em meados de 2013, ao retornar da cobertura dos conflitos na mineração norte peruana, se integrou ao coletivo de sujeitos que formulavam a elaboração do movimento brasileiro que hoje é reconhecido como MAM: Movimento Pela Soberania Popular na Mineração, do qual ocupa a coordenação nacional atualmente.

Nicole Alves Espada Pontes¹

Nicole:

Márcio, você tem se tornando uma referência na discussão sobre mineração, através das suas matérias no Brasil de Fato, as quais tive a oportunidade de ler, parabéns! E, nessa oportunidade, eu também gostaria de agradecer, em nome de todo o corpo editorial da Libertas, seu aceite para a realização dessa entrevista. Esse diálogo se faz necessário e urgente: você vem apontando como a mineração está mostrando a sua face mais perversa, não só no Brasil, mas na América Latina e mundialmente, nesse modelo extremamente predatório, não só da natureza, mas socialmente tão devastador. Como você correlaciona isso à dinâmica global.

Márcio:

Nós temos feito várias análises sobretudo coletivas para entender o que é essa movimentação do capital na mineração – nós, enquanto economia cuja dependência internacional nos abala corriqueiramente. Usamos o exemplo muito recente de Catalão: entre Araxá e Catalão, Minas Gerais e Goiás, está boa parte do nióbio brasileiro que corresponde a 98% da reserva mundial de nióbio e é o que abastece 93% do mercado mundial. O local é, também, uma planta de fosfato. Nessa região, especificamente, se estabeleceram os chineses e os norte-americanos, que, hoje, fazem a disputa global.

A mineração é parte da economia global que materializa seus problemas no nível regional. Então, basicamente é isso: as coisas se dão a nível global só que o conflito se dá a nível regional. E o conflito já começou. O prefeito perdoou a dívida dos norte-americanos, ou tem negociado com eles, mas, com os chineses, que justamente exploram nióbio, ele não quer conversa, e está ameaçando fechar a mineradora. Aí há

¹ A entrevistadora é M.^a Nicole Alves Espada Pontes, jornalista e assistente social, atualmente professora substituta na Faculdade de Serviço Social da UFJF, com estudos e publicações na área de questão ambiental, incluindo na temática da mineração, com dissertação intitulada “O rompimento da barragem Fundão-MG: questão ambiental e crimes industriais sob a lógica capitalista” que realizou análise sobre o crime da mineradora Samarco em 2015 em Mariana, Minas Gerais.

uma movimentação internacional gigantesca em torno do nióbio, que já bate as portas de Jair Bolsonaro. A população regional praticamente não consegue entender essa dinâmica. A direita pegou essa pauta do nióbio, já está exercendo isso em favor dos interesses das empresas americanas “vamos fazer as pazes com os norte-americanos e vamos expulsar os chineses daqui”, essa é a retórica do atual prefeito de Catalão.

Nenhuma das duas mineradoras paga a CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais), há mais de 10 anos. Elas são responsáveis pelas principais mazelas relacionadas com a saúde da população, como o alto índice de câncer no Estado de Goiás, por causa do pó mineiro químico que as duas mineradoras utilizam. As multas que receberam pela poluição da água, do ar e da terra não foram pagas. Novamente, eu repito, essa dinâmica global da mineração que acontece fora do regional, deixa os grandes conflitos para o regional.

E, hoje, não existe mais dono de mineradoras: com o capital financeirizado as mineradoras são todas divididas em parcelas de ações. Em 2013, na ocasião do golpe na presidente Dilma, parte importante dos desacordos entre PT e PMDB, ocorreram sobre o novo código das mineradoras no Brasil. O PT queria uma legislação, vamos dizer, mais civilizada para mineração, e o MDB queria aquilo que o capital quer, a mineração a todo vapor, com toda intensidade possível. Depois do golpe, já com o Temer, houve o Decreto 9.406/2018, que “atualiza” o Código da Mineração (1967) que tirou o poder de decisão do Estado em relação a mineração. Entram, nessa conjuntura, as novas configurações da Vale, que mudou seu estatuto, então você não tem uma pessoa centralizada, porque a figura centralizada de um presidente da Vale escolhido pelo presidente ou presidenta do Brasil cai por terra. Quem decide são os acionistas e, não mais, uma figura central. Isso para apontar as nuances de como essa coisa globalizada cai no território.

Nicole:

E em que aspectos o caráter tardio e dependente do Brasil poderiam agravar essas problemáticas que você trouxe?

Márcio:

Podemos mencionar alguns aspectos centrais: um é o mundo do trabalho na mineração. As empresas de mineração produzem com a mais alta tecnologia e com trabalho semiescravo. A classe trabalhadora da mineração vive embaixo das minas subterrâneas ou das minas a céu aberto sofrendo os piores tipos de trabalho, quando não, análogo a escravidão.

Além disso, esse trabalho tem sofrido uma automatização gigantesca, a Vale fez uma pesquisa de que seis robôs poderiam ocupar a força de trabalho de quase 2000 homens. Esses robôs entrariam em cavernas para fazer prospecção mineral, entrariam em selvas, em locais insalubres e inóspitos para a população humana, onde poderiam ser atacados, inclusive, por animais selvagens. Isso aconteceu por exemplo, em Carajás: a Vale desenvolveu esses robôs para entrar em cavernas, receosa dos funcionários serem atacados por algum animal, e ela ter que responder por isso, ter um prejuízo nos seus lucros decorrente de ações trabalhistas movidas por esses trabalhadores.

Esse processo de automatização não é um processo novo, vem desde a privatização da Vale, em 1997, com uma elevação gigantesca da produtividade. As

novas tecnologias de mineração foram responsáveis pelo desaparecimento de 170 mil postos de trabalho em 10 anos. Terceirizou, quarterizou, quinterizou, sexterizou e ficou na sua plataforma de trabalho apenas com os cargos de direção e supervisão. Então, são empresas que prestam serviços para empresas, que por sua vez prestam serviços para a Vale. Aí nós vamos ter os casos como Minas Gerais, em que os funcionários estão sem férias a 10 anos: porque o contrato é de um ano e terminando esse prazo ele é mandado embora, sendo empregado em outra terceirizada, com salário mais baixo, com menos benefícios, mas para a mesma função, encontra o mesmo chefe. Então esse mundo do trabalho da mineração expressa bem como funciona esse capitalismo periférico, frente ao capitalismo internacional.

Para termos ideia, a Anglo American expandiu os negócios dela no Brasil, especialmente em Minas Gerais, na região de Conceição do Mato Dentro, possivelmente o maior projeto que ela tem no Brasil e no mundo, porque na África do Sul, os trabalhadores se organizaram e fizeram imensas greves, que duraram de 3 a 4 meses, o que foi mexendo com a possibilidade de estoque, por que, devido às greves, inicialmente a empresa foi estocando e depois com a impossibilidade de estocar mais passou a dever ao mercado mundial, o que reconfigurou seu mapa global de atuação. E para onde veio? Veio para o Brasil, onde começou a expandir um longo processo, sobretudo em Minas Gerais e Goiás, porque teve um grande prejuízo com a greve dos trabalhadores, ela teve que diversificar, sair somente da platina na África do Sul e explorar as minas de ferro e ouro no Brasil, essas são algumas nuances do mundo da mineração.

Outra perspectiva que precisamos analisar é a legislação voltada à mineração. Pela Constituição brasileira de 1988, os minerais sobrepõe ao que existe nos solos, por isso as mineradoras, utilizando o aparato estatal, conseguem facilmente vencer tudo o que existe no solo como, por exemplo, os assentamentos rurais. As mineradoras, com base na constituição, dizem que “o que está no subsolo sobrepõe o que está no solo, portanto, vamos pedir uma concessão do Estado e vocês terão que sair daqui”!

E esse Código da Mineração, de 1967, que a gente achava ruim e criticava, melhor do que este que foi aprovado agora! Esse novo Código da Mineração, fatiado, não leva em consideração a diversidade de comunidades afetadas pelos interesses da mineração: a população indígena, ribeirinha, quilombola, camponesa, o povo da cidade... Nada disso é levado em consideração. Essa legislação, numa fase do capitalismo em crise, que precisa acumular muito, pretende, flexibilizar, ainda mais a mineração, agilizar ainda mais as possibilidades de mineração. Poderemos chegar, em um futuro não muito longe, aproximadamente dois anos, ao que aconteceu com o México, por exemplo. Lá, a mineradora conseguiu tirar licença para minerar em uma semana. Aqui, nós demorávamos, em média, um ano, dois anos, dependendo da pressão da sociedade civil, dos movimentos sociais. No próximo período, as empresas terão condições facilitadas, com a permissão para minerar em terras indígenas, quilombolas e de preservação ambiental, ou seja: tudo se pode minerar.

A constituição brasileira não permite a mineração em terras indígenas. Talvez, essas áreas sejam os únicos territórios no Brasil que ainda não são simples de minerar, porque os assentamentos rurais já foram vencidos, o INCRA já inventou a “desafetação rural”. Isto é, a mineradora vai ao INCRA, faz o pedido de desafetação rural e eles tiram a população: “olha, vocês sofreram uma desafetação rural, vão ser reassentados em outro local”. Havia assentamento rural, no Pará, com mais de 30 anos e passou por isso. Mas, com terras indígenas, isso não é tão simples assim, por isso esse embate da

legislação ambiental que regula onde se pode minerar e onde não se pode, vai entrar em discussão muito em breve, no Brasil, acredito que nos primeiros meses do governo Jair Bolsonaro. Então, esse é outro aspecto que podemos elencar entre os principais conflitos produzidos pelos interesses das empresas de mineração no capitalismo periférico.

Os territórios indígenas entrarão cada vez mais em conflito com as mineradoras. Não é uma coisa tão simples assim: “olha, vamos flexibilizar a legislação, o mundo do trabalho já está automatizado e estabelecido entre o capital mineral e trabalhador”... Existe o território, base material para reprodução social, cultural e econômica de muitas famílias no Brasil, que já estão e vão entrar ainda mais em conflito. Vamos ver como esse conflito vai ser organizado pela perspectiva de uma resistência: ou embate direto, com o artefato militar gigantesco que as mineradoras têm, e como isso vai se dar, ou se as mineradoras vão passar por cima de tudo.

Nicole:

Você tocou em um ponto bem central que é a resistência. Todas essas contradições estão postas, mas, elas não acontecem sem que exista resistência, e o MAM ilustra isso. Recupere um pouco da história do movimento.

Márcio:

O MAM surgiu na Amazônia, justamente no momento em que se dava a segunda fase da construção do grande projeto Carajás. A primeira se deu nos anos 80. A segunda, ocorreu com o projeto S11D, que é abertura da segunda serra da Vale para exploração do minério de ferro, o maior projeto de extração do mundo, que utiliza apenas robôs e esteiras – que fazem todo processo, desde a extração do minério até sua retirada para beneficiamento. Nem caminhões são utilizados. No início, chegou a ter 30 mil funcionários e, hoje, não tem mais de 2 mil funcionários operando os robôs.

Com o crescimento de Carajás, os conflitos com a população envolvida no projeto foram se acirrando. E trata-se de uma população diversificada: tem indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses que foram parar ali a procura da terra. Todo mundo se encontrou ali, em determinado momento, na expansão do capital amazônico, e as terras viraram fonte de conflito. Tudo passou a ser disputado naquela região – o garimpo no Serra Pelada é ali, do lado de Carajás e suportou mais de 90 mil homens. Várias cidades foram brotando na região; ou seja, um mundo foi sendo forjado a partir do processo minerador, que é, em si, um processo conflituoso.

E houveram massacres naquela região. Temos um massacre a cada 10 anos. O primeiro foi em Araguaia, nos anos 1970. O exército brasileiro, com mais de 10 mil homens, aniquilou a guerrilha do Araguaia com menos de 40 pessoas, justamente porque já era uma área de preservação e segurança, cujo potencial mineral e hidrelétrico já era conhecido. O capital que se expandia em direção à Amazônia não queria nenhum tipo de movimentação naquela fronteira. Então Araguaia é o primeiro processo de aniquilação da tentativa de um grupo se organizar naquela região, no período da ditadura militar. O segundo foi o massacre da ponte em dezembro de 1987, que é quando começa o embate com a chegada da Vale naquela região para fechada do garimpo de Serra Pelada. Nessa perspectiva, os garimpeiros se rebelaram e foram pra ponte ferroviária onde passam os trilhos da Vale e fizeram um grande protesto. A polícia militar e o exército cercaram, com três frentes atirando, culminando para mais de 100 mortes de garimpeiros – tanto pela polícia quanto daqueles que tentaram fugir dos

tiros pelo rio, pois se depararam com a seca amazônica, o rio estava baixo e colidiram nas pedras. O outro massacre foi em 1996 e foi financiado pela Companhia Vale do Rio Doce, que foi o massacre Eldorado dos Carajás. O MST nasceu, naquela região, em 1992. Parte dessa base do MST foi formada por pessoas que estavam impossibilitadas para o garimpo. Eles quiseram se fixar naquela região e buscaram um pedaço de terra. Parte do MST no Pará vai se formar por essa base garimpeira ou por esses nômades que vão atrás do processo capitalista em expansão e não são absorvidas por esse processo e ficam flutuando nas regiões. Essas pessoas foram organizadas pelo MST e então a Vale promoveu o massacre dos Carajás, por que também era tentativa de aniquilar um grupo camponês que se organizava naquela região e entrava em conflito com a Vale do Rio Doce.

Bom, nesse contexto esses conflitos foram tomando várias formas e várias fontes. Foram os movimentos sociais, o MST, a Pastoral da Terra, os próprios garimpeiros que se aglutinavam na região. Eles fizeram uma leitura de que o problema da mineração era nacional, um problema estrutural da economia brasileira, do uso da terra. Portanto, não era um problema que poderia ser resolvido regionalmente. As lutas regionais seriam – e são até hoje – facilmente derrotadas pelo poderio das mineradoras.

Entre fins dos anos 90 e início dos anos 2000, foram sendo realizados debates para criar uma organização nacional que pudesse decidir sobre os problemas causados pela mineração em todo o Brasil, não apenas em Carajás. A primeira reunião aconteceu em 2012 em Paraupébas, e contou com a participação de várias organizações sociais, de vários grupos que estavam em conflito com a mineração. Participaram representantes de 14 estados do Brasil. Tinham companheiros de Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Bahia, Goiás, Ceará... Foi nesse contexto que foi nascendo o MAM, com caráter de um movimento nacional, anti-imperialista e anticapitalista, que lutasse pela superação nacional dos problemas da mineração.

Nicole:

E como você colocaria as principais bandeiras do movimento hoje?

Márcio:

Dentro dessas questões do saque mineral, há um grande recurso público que poderia ser destinado para a sociedade brasileira e tem sido incorporado às mineradoras, como o não pagamento da CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais). como é caso de Goiás, mas que se repete pela Vale nos Carajás e em Minas Gerais. O que mais foi doloroso com essa questão da renda pública arrecada pela rede privada foi a Lei Kandir de 1996, implantada pelo Fernando Henrique Cardoso que isenta as mineradoras de pagar o ICMS, e as contas que foram feitas no estado do Pará e Minas Gerais davam conta de pagar dívidas volumosas. O estado de Minas Gerais deixou de arrecadar cerca de 15 bilhões de reais nos últimos anos, o estado do Pará perdeu 12 bilhões nos últimos anos, tudo poderia ser arrecadado pelo ICMS e poderia ser redistribuído através de uma renda social, assim como foi feito com o petróleo, uma renda social destinada a hospitais, a escolas, aos vários serviços públicos que essas regiões necessitam... Então como é que a gente apropria dessa renda no capitalismo, que o capital mineral se apropriou, e reverte para um bem na sociedade? Essa seria uma das bandeiras.

O juiz do trabalho de Marabá, 8ª Região, 2ª Vara Federal, Jonatas dos Santos Andrade, é o juiz que mais multou a Vale nos últimos tempos e as multas eram

aplicadas com valores correspondentes aos ganhos da mineradora. Mas tem juiz, que vai lá e quer aplicar uma multa à mineradora de 10 milhões de reais. 10 milhões de reais a Vale paga pra continuar matando funcionários; 10 milhões de reais ela paga pra continuar destruindo área virgem. O juiz mencionado começou a determinar multa de 800 milhões, ou muito mais do que isso. Inclusive, ele agora foi enquadrado no Código de Ética do Juiz, por estar “forçando a barra”.

Ele multou a Vale, em meados de 2010, por *dumping* social, porque a Vale não pagava a hora *in itinere* aos funcionários. Isto é, aos funcionários de Carajás, por exemplo, que percorrem quase duas horas e meia para chegarem até as minas. No percurso, o ônibus pega os funcionários pela cidade e, depois, tem que subir uma serra, com todas as nuances de selva, chuva, animais. Então demora umas duas horas e meia até eles chegarem ao seu posto de trabalho, que é a mina. A mineradora não pagava esse tempo. O juiz então fez as contas de que o funcionário da mineradora, se ele pegasse o turno das 6 da manhã ele saía as 3 da manhã, e ele só regressava em casa por volta das 8 ou 9 horas da noite, ou seja segundo palavras do juiz :“ele vivia pra dormir e trabalhar”. No momento de folga ele era um sujeito em conflito com a sociedade porque abusava do alcoolismo, das drogas, das casas de prostituição e cometia violência familiar. Esse é o contexto de vida dele – 80% dos casos de violência contra a mulher em Paraopeba são de funcionários da Vale.

O juiz, então, disse que teria que construir sistemas de lazer na cidade, como teatro, sala de cinema, que dessem o mínimo de civilização para essas regiões. Parte da renda do ICMS e das multas que ficavam anos e anos na justiça para serem pagas, poderiam ser revertidas revertidos em ações especiais nos locais onde as mineradoras atuam. O objetivo era constituir outras alternativas culturais a esse indivíduo que só existe para trabalhar, pra dormir .Então essa é uma das bandeiras da organização, como é que a gente pega essa renda que o capital mineral sequestrou e passa a intervir na sociedade, esse é um aspecto.

Outro aspecto que já se discute são áreas livres de mineração, por exemplo, lá no Rio Grande do Sul, neste exato momento, existe a tentativa da implantação de quatro grandes projetos de mineração na região da metade sul do extremo do Rio Grande do Sul, que vai até a divisa com o Uruguai. São projetos que acabariam com o meio ambiente social e cultural dos pampas, por exemplo, resguarda indígena, resguarda de camponeses, resguarda de quilombolas, resguarda de ciganos, há uma pluralidade de povos naquela região. O projeto minerador que eles querem implantar acabaria com o ambiente de convívio existente naquela região há séculos.

O que fazer com essa massa que não é utilizada no processo minerador? Ela só tem duas saídas: ela perde a característica cultural dela e vai virar um trabalhador, alienado que vai trabalhar em um polo da mineração. Como ocorreu no Mato Grosso do Sul, onde os indígenas que pararam de viver sua cultura para ir para a cana de açúcar, acabaram sendo empurrados para os grandes centros: Porto Alegre, Pelotas, e cidades próximas. O modo de vida deles não é propenso para que eles mudem do dia para a noite e passem a viver na cidade, como aconteceu em Catalão: os camponeses que tinham cerca de 200 anos de história familiar no campo, quando foram para as cidades, adoeceram e morreram muito rápido.

Então, destruir toda uma população, levar a um conflito social gigantesco porque implantaram dois ou três projetos de mineração? Nós temos que propor que essas áreas tenham que ser áreas livres, porque existem processos sociais e culturais estabelecidos que não podem ser modificados. Então essas áreas têm que ser livres de mineração.

O Estado, hoje, está aparelhado pelas mineradoras. Como a gente cria uma fissura entre Estado e as mineradoras? Então, por exemplo o IBAMA, às vezes, que é um órgão importante, não consegue barrar um projeto minerador porque está diante de uma correlação de força desfavorável com a mineração no nível global. Então os Estados nacionais, de certa forma, perderam força. São ministrados pelas políticas das transnacionais quem gerem as políticas de mineração no nível nacional, regional e local são as transnacionais.

Teve um caso emblemático em Minas Gerais: uma das principais coordenadoras do serviço ambiental do estado pediu licença de dois anos e foi trabalhar no projeto da Anglo American. Depois, ela voltou e assinou o projeto pra por em vigor a mineradora. Vej o nível de loucura da relação entre o Estado e as transnacionais.

Então nós também temos que criar uma fissura do Estado em relação às mineradoras, então acho que nesse momento, nós ainda vamos reunir a coordenação agora em janeiro, sobretudo para fazer um balanço pós vitória de Jair Bolsonaro nas eleições, mas com essa perspectiva de propor que essa renda mineral seja transferida das mineradoras para a sociedade. Propor áreas livres de mineração – e é possível né! Sobretudo da terra indígena e quilombola que, ainda, não foi derrubada –, e como a gente cria essa fissura entre Estado e mineradora porque.

Nicole:

Muito bom Zonta, você colocou algo importante que é a questão de Minas Gerais ser um berço de vários conflitos da mineração. Eu queria que você refletisse sobre o que significou o rompimento da barragem de Fundão, no nível nacional. Por favor, fale sobre esse modelo da mineração, já que depois que houve o rompimento de Fundão, as pessoas realmente tomaram consciência de um modelo mineral que até então era muito pouco discutido e, hoje, há uma certa visibilidade nesse sentido.

Márcio:

Essa observação é extremamente importante pois, se Carajás colocou o MAM no mundo, Mariana nos ensinou a falar. Porque antes de Mariana, em qualquer região de mineração, a empresa mantinha a hegemonia retórica, a hegemonia de fala. Se você chegasse lá e falasse “eu sou contra a mineração”, “olha isso daí pode dar problema”, você já virava um sujeito suspeito no meio daquela sociedade. Depois de Mariana, nós não só modificamos isso como nós conseguimos incidir ainda mais em relação às comunidades para dizer “olha isso aconteceu em Mariana, as mineradoras geralmente são iguais, então vocês podem sofrer a mesma coisa”.



Bento Rodrigues, Mariana, MG
Foto: Nicole Pontes

Então houve uma comoção nacional, social e cultural em torno da barragem de Fundão que nos possibilitou, infelizmente em cima de uma tragédia, alcançar uma sociedade que nós não tínhamos contato antes. Se você falar para a sociedade que um projeto minerador é ruim, vão falar “ah pode ser lá pro povo da Amazônia, pode ser lá pros ribeirinhos de Minas Gerais, pode ser para os quilombolas de Minas Gerais, mas para nós não é”. Agora, temos um projeto minerador que destruiu um rio, o Rio Doce, chegou no Espírito Santo, acabou com a água de não sei quantas mil comunidades que viviam ao redor. As pessoas, em geral, passaram a perceber as consequências da mineração. Nós chegamos a fazer rodas de conversa no centro de São Paulo com salas lotadas. Veja, no centro da cidade que mais consome mineral e não sabe, portanto participa da tragédia de Mariana e de muitas outras que acontecem pelo Brasil afora e pelo mundo. Essas pessoas nunca haviam pensado na mineração. Começamos a fazer debates em lugares que nunca fizemos antes e as pessoas passaram a se interessar. E isso é importante porque para você derrotar esse projeto minerador, não adianta nada fazer o debate em uma região com as comunidades e ali ficar, isso é um debate nacional, um debate unificado, nas várias esferas da sociedade brasileira: na universidade, na esfera federal, nas esferas municipais, nas esferas estaduais, é uma coisa muito maior. Então depois do desastre de Mariana, as pessoas passaram a perceber que o problema mineral brasileiro existe, e isso foi fundamental, para nós foi palco de organicidade. Em várias regiões onde não conseguíamos diálogo, passamos entrar a partir de Mariana, pelo debate de Mariana.

Nicole:

E alguns exemplos que você menciona nos fazem refletir que Mariana não foi só um crime isolado. Já comportamos em Minas um histórico de rompimentos e

vazamentos de minerodutos, como por exemplo o vazamento do mineroduto da empresa Algo American no início desse ano. Na verdade você já trouxe algumas questões da empresa e você esteve recentemente em Conceição do Mato Dentro, inclusive escreveu um pouco a respeito disso. O que está acontecendo na região, diante desse crescimento da empresa?

Márcio:

Com a crise do capital, a mineração, no nível mundial, passou a ser uma das formas mais rentáveis de acumulação. Para se salvar dessa crise, dizendo a grosso modo, o nível de segurança operacional das mineradoras foi reduzido. O que significa? Que todo o gasto operacional foi reduzido. Para manter a taxa de lucro, o minério de ferro, por exemplo, não estava mais a 170 dólares a tonelada, como esteve no início dos anos de 2011, que perdurou com um bom preço até 2013, o que chamam de boom mineral. Passado esse boom, as empresas tinham que sobreviver e o capitalismo global agarrado ao processo de expansão das mineradoras. E o que elas fizeram? Elas se fundiram mundialmente. As grandes mineradoras comeram todas as pequenas, fazendo fusões e mais fusões. Até entre as grandes houve um grande momento de fusão. Então foram feitas fusões gigantescas, juntaram-se várias mineradoras, as canadenses, norte americanas, australianas...

E nesse contexto elas intensificaram o ritmo de extração mineral, intensificaram o ritmo do trabalho do trabalhador. Mariana vai estar nesse contexto global no pós-*boom* da mineração. Não foi só Mariana que sofreu isso: várias barragens a nível mundial entraram em colapso, porque baixaram o gasto com nível de operacionalidade. O projeto minerador passou a produzir muito mais rejeitos do que produzia antes, sem a fiscalização que existia anteriormente. E, nesse processo ensandecido da exploração mineral, Mariana é um caso exemplar. Que vai ensinar que o processo global da mineração se ensandeceu ainda mais e rebaixou todas as suas formas de segurança, aumentando os acidentes.

O crime da barragem de Fundão, tem implicações nacionais e internacionais. É o caso da BHP, envolvida com a Vale. A Samarco é apenas uma *joint-venture* dessas empresas. Então nós vamos ter Anglo American em Conceição do Mato Dentro com duas perfurações de mineroduto, jogando minério pra tudo que foi lado – inclusive estava parado até pouco tempo, parece que vão retomar agora as operações. Tem também o caso de Barcarena, onde chegaram a tal ponto da produção de rejeito, que no momento em que as chuvas torrenciais amazônicas eram rigorosas e não tinham onde jogar esse rejeito, eles tinham tubulações – desconhecidas do poder público – que quando chegava momento de risco de transbordar a barragem eles socializavam com as comunidades via rio. “Toma, pega um pouco de rejeito para vocês!” Não é que explodiu barragem em Barcarena, mas quando a barragem chegava no seu limite máximo a empresa soltava os rejeitos nas comunidades via rio. Há vários estudos que comprovam a contaminação dos rios daquela região. E, agora mais recentemente, um caso no Maranhão, em uma cidade próxima a São Luís, onde as pilhas de rejeito de uma extração de ouro era tamanha que, quando ela foi fazer explosões das minas, essas pilhas de rejeitos cederam e deixaram a comunidade ilhada por vários dias, tampando o principal acesso da comunidade à cidade.

Então, temos vários casos a nível nacional que foram surgindo depois de Mariana, porque esse é o momento do pós-*boom* mineral, quando a situação do projeto

minerador buscava expandir sua taxa de lucro, mas com o nível operacional muito baixo.

Nicole:

Sim, e esse é um processo que agora vai enfrentar um governo de Jair Bolsonaro. Você já sinalizou que haverá essa discussão no nível do movimento, mas você consegue sinalizar de que forma todas essas problemáticas podem aparecer a partir desse novo governo?

Márcio:

Quando esse momento da crise do capitalismo estourou, em meados de 2008, as grandes potências mundiais saíram ao mundo em disputa dos principais minérios. A China espertamente utilizou o minério de ferro brasileiro pra manter seu mercado interno aquecido, construindo 3 ou 4 cidades que não foram habitadas até hoje. São cidades com possibilidade de moradia para 300 mil pessoas, construídas apenas para que a China movimentasse esse mineral e colocasse uma grande frente de construção civil para colocar sua massa de trabalhadores produzindo, aquecendo o mercado interno e assim assegurando sua economia em meio a crise mundial.

Os Estados Unidos também saiu à procura de minerais no mundo. Foram ao Peru e vieram ao Brasil atrás de ouro. Mas, os chineses e os australianos, correndo por fora, também foram atrás do ouro. Qual era a leitura dos chineses com o ouro? Bom, se os Estados Unidos emite a moeda mundial que é o dólar, emite mais ou menos conforme a crise que ele quer superar, organizar ou coordenar, qual a outra moeda que tem equivalência mundial com o dólar? É o ouro. O ouro não tem valor industrial, você não constrói nada com ouro, você não constrói prédios com ouro, o ouro é mera “acumulação” para o capital. Então os chineses e os norte-americanos saíram pelo mundo, e, aqui no Brasil está muito bem evidenciado isso na região de Goiás e na região de Minas Gerais. Bom, e o que surgiu? Surgiram os terras raras, nessa nova revolução tecnológica, em curso. São nióbio, lítio, titânio, que estão na base do celular, do computador, da televisão...

Essa disputa em nível mundial foi se acirrando, e aí entra o petróleo, entra a terra, entra uma série de bens naturais. Esse cenário foi determinando, na América Latina, essa grande arrancada da direita em relação aos governos de esquerda. Esse bloco que nós tínhamos na América Latina foi dissolvido justamente porque havia minimamente um nível de protecionismo, embora a gente fosse muito crítico a isso, havia ainda um nível mínimo de protecionismo aos bens naturais.

Na atualidade, tudo se pode minerar, a qualquer momento se pode minerar... Como diz Foster, trata-se de um sistema de pilhagem e rodagem perpétuo de acumulação. E quem que os Estados Unidos teria, como fantoche, aqui no Brasil, pra fazer essa disputa com a China? O grande azarão que surgiu foi o Jair Bolsonaro, as pessoas falam muito da Venezuela, mas a Venezuela tem uma área geológica gigantesca, e talvez seja o único Estado nacional que reparte 50% pra cada lado: abriu a concessão privada, só que 50% era do Estado Venezuelano. Isso aqui no Brasil não existe, no Peru não existe.

Os Estados Unidos foram até o Peru em meados de 2009 pra tentar estabelecer o projeto Conga em Cajamarca, que seria o maior projeto de extração de ouro na América Latina. Lá os camponeses entraram em um embate com a mineradora, chamada Newmont. Utilizando-se do nome de um pássaro peruano Yanacocha, eles conseguiram

então derrotar a mineradora com 6 anos. Claro, foi um processo extremamente doloroso, muito longo, desgastante, muitas vidas, e tudo mais.

Anteriormente, em 2009 o Alan García tinha tentado sancionar uma lei na esteira de um Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos, que dizia mais ou menos o seguinte: “em toda área que tiver petróleo, que tiver minério, nós não vamos consultar ninguém, simplesmente o Estado vai retirar aqueles que ocupam essa região”. E vem daí o que ficou conhecido como “massacre de Bagua”, onde os indígenas se rebelaram e acabaram tendo que revogar esse TLC...

Então esses embates na América Latina já foram dando sinal dessa crise do capitalismo mundial. Em 2008/2009, já tinha essa disputa um pouco mais aflorada em algumas regiões. São tentativas, nesse momento histórico, dos Estados Unidos e da China de saírem para o mundo e tentarem fazer essa disputa e, no Peru fica muito bem evidenciado.

Outra região foi a Guatemala, que sofreu vários processos de tentativa de implantar projetos minerais na perspectiva do ouro. Um exemplo maior é *La Puya*, onde as mulheres fizeram resistência ao projeto minerador e como eles passaram muitos anos em guerra civil – todo mundo anda armado lá até hoje –, eles chamaram “Resistência Pacífica de *La Puya*”, não utilizavam armas, porque utilizar armas significaria que a polícia também poderia usar armas e todos poderiam ser mortos, e eles conseguiram depois de cinco anos reverter esse processo.

Quem ganhou o processo eleitoral na Guatemala foi um humorista. O presidente da Guatemala é um cara que faz programa de humor na televisão! Então, neste contexto vão surgir essas figuras. Quem era Jair Bolsonaro há 10 meses atrás, 1 ano atrás? Era um falastrão, que até hoje continua fazendo besteira e bobagem, mas muito parecido e similar ao que aconteceu com o Collor em 1992 passa a acontecer com Bolsonaro agora. Collor também não era o cara que liderava as eleições mas, foi o grande azarão: assim como foi agora Jair Bolsonaro, apoiado por toda essa política internacional.

Quero dizer que é com Jair Bolsonaro que vai ser decidida a disputa entre China e Estados Unidos. Os Estados Unidos passariam a ter vantagem nessa disputa dos minerais em relação à China e aos países que disputam por fora, como a Austrália. Então, nessa movimentação em busca de petróleo, terras, hidrelétricas, minerais, Jair Bolsonaro coloca-se como melhor presidente para os Estados Unidos. Nesse cenário de plena acumulação, e podemos citar o Mészáros diversas vezes que ele vai explicar esse processo de metabolismo do capital na sua acumulação e expansão gigantesca, e para esse processo o qual Mészáros descreve a melhor figura de fantoche acumulador para os Estados Unidos é Jair Bolsonaro. Não seria o PSDB, não seria o PT, obviamente, mas, o Jair Bolsonaro. Contudo, não é uma coisa tão dada, que estabeleceu já uma vitória, porque há muitas contradições, e vão aflorar ainda mais, muito mais acirradas, e a população tende a dar respostas, e enquanto organização iremos avaliar essas respostas.

Nicole:

Considerando que vamos enfrentar o governo de Jair Bolsonaro, eu queria que você deixasse para nossos leitores uma reflexão, uma palavra, alguma coisa para fecharmos essa discussão no âmbito dessa entrevista.

Márcio:

Olha, nós estamos avaliando que não é um momento de desespero, mas, também, não pode ser um momento de aventureirismo. A relação dialética da sociedade

de classes não é linear, ela tem curvas, ela tem mudanças, então não está estabelecido que esse grande projeto de capital mundial que saqueia nossas riquezas vai ser de maneira fácil e dada como estão imaginando. Nós sabemos que teremos um forte aparelho repressivo estatal coibindo muitos processos. Teremos um viés militarizado nesse governo, um viés militarizado fascista, não é um viés militarizado nacionalista, muito pelo contrário, com um fascismo muito parecido com o que foi no Chile – e não com o que foi na Alemanha. Tanto é que o guri do Bolsonaro é um Chicago *boy*, estudou na escola de Chicago, as teorias econômicas são da escola de Chicago, grande parte desses amigos participaram do governo de Pinochet no Chile, então podemos viver um processo muito parecido com o Chile, do fascismo chileno.

E tenho escutado muitas coisas: pessoas que querem tirar o passaporte pra ir embora do Brasil, que está desistindo de viver, e eu não acho que é por esse caminho... Eu acho que as condições na sociedade serão postas e essas contradições agudizadas e organizadas podem reverter o processo. E nós somos um povo latino-americano que lutamos, nós não fomos derrotados, porque se nós já tivéssemos sido derrotados todos esses projetos já teriam passado por cima de nós a muitos anos, então as vitórias na Argentina, no Peru, na Guatemala, em muitos lugares do Brasil em relação às mineradoras mostram que as contradições podem ser organizadas, que o conflito mineral organizado tem condições de reverter esse processo. Então eu acho que não é momento de desespero e nem de aventureirismo: é momento de pensar essa história como uma história dialética e não linear, não é o fim da história.



Bento Rodrigues, Mariana, MG
Foto: Nicole Pontes

Nicole:

Ótimo Márcio Zonta, e é no embalo desse convite à luta e à resistência que a gente vai encerrando a nossa entrevista, agradecendo a essa aula que você nos deu. Com suas elucidações, vai ser mais fácil compreendermos a realidade da mineração no Brasil.

Márcio:

Eu é que agradeço.